



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Gabriela Medeiros Henriques

Secretárias Militantes:
A atuação de católicas leigas na ditadura militar brasileira

Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

Dedico à minha bisa Eulina, que fez florescer o meu amor pela História.

"Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente
entendam que a mão do Senhor fez isso."

Isaías 41:20

Agradecimentos

Quero começar estes agradecimentos dedicando-os ao meu Senhor Jesus. Nada disso seria possível sem sua infinita bondade. Ele é a minha fortaleza, meu socorro bem presente na tribulação, meu libertador, e quem merece verdadeiramente toda a minha gratidão.

Agradeço aos meus pais, Ricardo e Alessandra, que fizeram o possível e o impossível por mim. Por sonharem os meus sonhos comigo, e por me ajudarem a nunca desistir. Vocês são os melhores pais que eu poderia ter, e tenho um orgulho enorme em poder ser chamada de sua filha.

Dedico estes agradecimentos também à minha querida orientadora, Larissa Rosa Corrêa. Ter sua orientação foi um verdadeiro presente dos céus, e eu sou muito grata por toda a parceria. De fato, não seria a historiadora que sou sem sua imensa contribuição.

Agradeço ao meu amor, Felipe, por me apoiar e estar presente nestes últimos dois anos de faculdade, sempre me ouvindo com paciência e encorajamento. Nossos almoços durante os semestres deixaram meus dias mais leves e cheios de alegria.

Também sou grata ao meu irmão, Vinícius, por desde cedo ser minha referência de um bom aluno e excelente profissional.

Aos meus tios, Soraya e Elias, que me proporcionaram um imenso auxílio na minha educação básica para que eu pudesse chegar à PUC-Rio.

Agradeço às minhas amigas, Manu e Bia, por fazerem minha graduação mais leve e feliz.

Minha sincera gratidão à minha bisa, Eulina, por ter me incentivado a estudar História.

Agradeço ao CNPq e à Capes pelas bolsas-auxílio de Iniciação Científica e do Programa de Educação Tutorial.

Minha gratidão à Tereza por ter me fornecido seu depoimento, e por ter me dado o prazer de ouvir suas experiências como militante católica.

Também agradeço ao prof. Deivison Amaral por ter aceitado ser o leitor crítico da minha monografia.

Ao Departamento de História da PUC-Rio por me darem o prazer de ser sua aluna. É impossível descrever em palavras a minha admiração pelo trabalho de cada profissional, e o quanto aprendi com cada um. Sem dúvidas, levarei no meu coração para sempre os momentos incríveis que vivi durante esses anos de graduação. A PUC-Rio foi um verdadeiro lar.

Compartilho, também, minha alegria de ter tido a oportunidade de integrar a equipe de produção do filme-documentário “Eu sou Padre Operário”. Nada mais gratificante do que auxiliar a produção e pesquisa de um projeto o qual tenho tanto carinho, e que acompanhou meu crescimento como historiadora.

Resumo:

Com a abertura do Concílio Vaticano II, em 1962, a Igreja Católica abre espaço para a atuação de católicos leigos no avanço da missão evangélica à classe trabalhadora. Tendo as mulheres como integrantes ativas dos movimentos sociais católicos no Brasil durante a ditadura militar, busca-se compreender a participação e o papel político desempenhado pelas secretárias de movimentos progressistas da Igreja Católica, traçando as trajetórias individuais por elas construídas na militância e os desdobramentos de seus respectivos trabalhos por meio do compartilhamento de informações através de cartas.

Palavras-chave:

Igreja Católica – Ditadura Militar – Mulheres – Trabalho – Militância

Abstract:

With the convening of the Second Vatican Council, in 1962, the Catholic Church opened space for lay catholics to advance the evangelical mission to the working classes. With women as active members of catholic social movements in Brazil during the military dictatorship, this research proposes to understand the participation and political role played by secretaries of progressive movements within the Catholic Church, tracing their individual trajectories through activism and the developments of their respective work through the sharing of information through letters.

Keywords:

Catholic Church – Military Dictatorship – Woman – Work – Militancy

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 - Igreja Católica: entre o trabalho e a política no Brasil	16
1.1 O laicato e as presenças na base	17
1.2 Em defesa dos trabalhadores	18
Capítulo 2 - Mulher, agente política	23
2.1 A moralidade feminina nos anos 1960	23
2.2 Trajetórias militantes	28
2.3 Maria Vitória Silveira Pinheiro	28
2.4 Maria Lorena de Araújo	31
Capítulo 3 - Secretárias na resistência	36
3.1 Censura e repressão	37
3.2 Marias, líderes femininas	41
Considerações finais	43
Arquivos e periódicos consultados	45
Referências bibliográficas	46

Lista de Siglas

Ação Católica Operária (ACO)
Ato Institucional número 5 (AI-5)
Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)
Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT)
Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)
Concílio Vaticano II (CVII)
Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB)
Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Juventude Agrária Católica (JAC)
Juventude Operária Católica (JOC)
Juventude Universitária Católica (JUC)
Liga Operária Católica (LOC)
Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos (MMTC)
Sistema Nacional de Informações (SNI)

Ilustrações

Foto de perfil de Maria Vitória Silveira Pinheiro	29
Foto de perfil de Maria Lorena de Araújo	32

Introdução

Na manhã do sábado de 16 de junho de 1973 foi informado pela secretária da Ação Católica, Maria Lorena, que a sede da Ação Católica Operária do Brasil (ACO), em Recife, fora invadida por 8 policiais da censura que buscavam qualquer documento que fosse considerado de caráter subversivo. Dentre eles, livros, revistas, cartas, publicações, correspondências e documentos do movimento foram apreendidos e censurados pela polícia. Nesse sentido, com a intenção de notificar o que havia acontecido na sede do movimento operário durante a ditadura militar no Brasil, e na tentativa de buscar ajuda e apoio internacional, Maria Lorena envia uma carta ao Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, em Bruxelas, relatando todos os detalhes sobre a invasão do dia 16 de junho. Além disso, a secretária, nesta mesma carta, evidenciou sua preocupação ao ouvir um dos policiais dizendo que os padres estrangeiros do movimento operário seriam expulsos do país.¹

Em 1961, a Igreja Católica tomava um novo rumo ao convocar o Concílio Vaticano II. Em vista das transformações sociais da modernidade relacionadas aos avanços tecnológicos, aos posicionamentos e movimentações políticas, esse novo concílio visava integrar o catolicismo com as demandas políticas, sociais e trabalhistas do povo cristão. O novo concílio, inspirado na *Rerum Novarum*², de 1891, integrava aspectos inovadores para a Igreja, ressaltando o apoio aos trabalhadores e às demais classes sociais. Assim, o Papa Paulo IV, durante a conclusão do Concílio Vaticano II, manifesta-se sobre a preocupação perante os trabalhadores marginalizados, e se posiciona atento às suas questões.

Filhos muito queridos! Estai certos, antes de mais nada, de que a Igreja conhece os vossos sofrimentos, as vossas lutas, as vossas esperanças; ela aprecia altamente as virtudes que enobrecem as vossas almas: a coragem, a dedicação, a consciência profissional, o amor da justiça; ela reconhece plenamente os imensos serviços que, cada um no seu lugar, e nos postos muitas vezes mais obscuros e mais desprezados, vós prestais ao conjunto da sociedade. A Igreja sente-se contente por isso e agradece-vos pela nossa voz.³

O Papa, ao se solidarizar com o sofrimento e à luta da classe trabalhadora, além de agradecer pelas atividades por ela prestadas em favor do reconhecimento e da dignidade dos trabalhadores, teve o papel de legitimar e apoiar a criação de instituições e movimentos em

¹Carta localizada no *Documentation and Research Centre on Religion*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

²Primeira encíclica promovida pela Igreja Católica com objetivo de apoiar causas sociais dos trabalhadores.

³Discurso do Papa Paulo VI na conclusão do Concílio Vaticano II em 1965. Disponível em <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-lavoratori.html>, acessado em 15 de outubro de 2025.

prol da luta trabalhista, demonstrando que a Igreja Católica estaria ao lado deles. Os eclesiás abriram as portas para o surgimento e o fortalecimento de instituições de objetivos sociais vinculadas ao catolicismo, como a Juventude Operária Católica (JOC), fundada em 1912 pelo cardeal Joseph Cardjin, que se fortaleceu ainda mais após o CVII. Entretanto, é preciso destacar que, como evidenciado por Heloisa Martins, “as transformações que se processavam no interior da instituição eram, por sua vez, expressão de transformações que ocorriam na sociedade brasileira, eram o fruto de um processo histórico”⁴ de trabalhadoras e trabalhadores católicos. Portanto, o Concílio Vaticano representou a legitimação das expressões dos indivíduos que já lutavam para terem suas dignidades reconhecidas. Scott Mainwaring complementa a fala de Heloísa colocando os indivíduos como agentes de transformação da visão da Igreja, e não o contrário. Ele afirma que,

A mudança dentro da Igreja durante os últimos 20 anos tem sido mais um produto do processo político mais amplo do que da própria estratégia da Igreja. (...) A Igreja pode fazer a sua própria história, mas ela não o faz sob as condições de sua própria escolha, nem muda nas direções por ela antecipadas.⁵

Ademais, no período em que o novo concílio fora inaugurado, a Teologia da Libertação –uma corrente social católica– começa a ganhar força na América Latina e diversos movimentos que uniam a força dos trabalhadores com a pregação do Evangelho foram criados, entre eles a Ação Católica Operária (ACO) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).⁶

Os integrantes dos movimentos tinham como princípio unir os trabalhadores cristãos espalhados pelo Brasil na luta pela chamada liberdade operária e pelos direitos trabalhistas. Os movimentos da Igreja possibilitaram a participação ativa da classe trabalhadora marginalizada, sendo este espaço “um instrumento de participação e de luta da classe operária”.⁷ Homens e mulheres se uniam por meio da militância e do engajamento político. No movimento operário, as mulheres participavam ativamente na militância por dignidade e melhores condições de trabalho, elas atuavam em vários setores do operariado, como os sindicatos, os clubes de mães, as associações das donas de casa e as organizações universitárias e juvenis – como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude

⁴MARTINS, Heloisa H. T. S. **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975.** 1^a. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. p.21.

⁵MAINWARING, Scott. Igreja e política: anotações teóricas. **Síntese**, 1983. p.44.

⁶Objetivos dos movimentos sociais presentes na metodologia do movimento operário, retirada do *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* (KADOC): pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

⁷MARTINS, Heloisa H. T. S. **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975.** 1^a. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. p.27.

Operária Católica (JOC).⁸

Com o golpe militar de 1964, diversas organizações brasileiras foram julgadas como subversivas, comunistas e esquerdistas e, portanto, foram alvo de investigações policiais, passando a sofrer fortes censuras e repressões. Entretanto, o período de maior repressão do movimento foi iniciado com o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968. A medida inaugurou o tempo mais sombrio da ditadura até o final da década de 1970 no Brasil. Nesse período, foram organizadas greves operárias, como a de Osasco e Contagem, respectivamente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, e, como consequência, muitos trabalhadores fabris, entre eles homens e mulheres, incluindo os padres estrangeiros foram presos, torturados e exilados pelo governo militar.⁹

O movimento católico operário no Brasil, apesar de ter as atenções voltadas para os padres operários estrangeiros, também contou com a forte participação e protagonismo de mulheres católicas. Elas estavam presentes em diversos segmentos dos movimentos católicos progressistas, fosse atuando como secretárias, domésticas, lideranças ou como a base trabalhadora. Assim, destaco Maria Lorena de Araújo, secretária da sede da ACO de Recife, e Maria Vitória Pinheiro, secretária geral do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, localizado na Bélgica. As Marias, mesmo estando em um lugar de trabalho comum, como o de secretárias, movimentaram a relação internacional do movimento católico por meio de cartas enviadas por elas e pelos atos de resistência às demais sedes da Ação Católica espalhadas pelo mundo, e também, para a sede do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos localizado em Bruxelas, na Bélgica. A partir da circulação de informações do período turbulento que a ACO passava durante a ditadura, foi possível observar o apoio de diversos bispos nacionais e internacionais, e até mesmo com o do próprio Papa na luta contra a repressão no movimento operário.

As mulheres encontraram nos movimentos sociais católicos, um lugar para exercerem seus atos de fé e política. Caroline Jacques Cubas, pesquisadora da história social com enfoque em história das mulheres, traz em *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*¹⁰, relatos de religiosas que afirmavam suas atuações nos espaços sociais e defendiam a “não separação entre política e fé; da necessidade de se opor à miséria,

⁸Síntese do movimento encontrada no relatório de comemoração de 10 anos da Ação Católica Operária. Localizada na pasta MMTC 6.5.3-1 -a do *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* (KADOC).

⁹Jornal do Brasil, 27 de julho de 1968, Rio de Janeiro. **Biblioteca Nacional**. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Pierre%20Wauthier%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=119103>

¹⁰CUBAS, Caroline Jacques. **Do hábito à resistência:** freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

fome e salário baixos, da repressão e da participação em projetos democráticos que rejeitem estruturas postas.”¹¹

A forte contribuição de Edward P. Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, fez com que a história social passasse a enxergar com mais sensibilidade e valorização os sujeitos da classe trabalhadora, os considerados *de baixo*, que, por muito tempo, foram marginalizados pela historiografia e julgados como uma classe sem contribuições para a História. A historiografia social nas últimas décadas tem se atentado em analisar a participação das classes populares na ditadura e a atuação ativa de trabalhadores e militantes que formaram diversos movimentos contrários à ditadura.

Nesse sentido, a historiadora Alejandra Estevez tem como alvo de pesquisa a Igreja e o Estado. No artigo “Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar”¹², ela analisa o comportamento da Igreja Católica frente à ditadura militar brasileira, e chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, “a realidade do cidadão brasileiro é um conjunto de vida social, religiosa, política, cultural, ideológica e econômica”¹³. Segundo a autora, a Igreja Católica também se insere nessa realidade, fazendo-se necessário se posicionar e incentivar a participação dos fieis em todos os âmbitos que permeiam a vida em sociedade, incluindo a política. Um dos pontos centrais da argumentação da autora é de que a Igreja Católica teria impulsionado a participação dos leigos na vida pública no intuito de consolidar a identidade católica e, também, de conquistar espaço na política através da autonomia dos católicos-militantes. Segundo Estevez, “essa geração de militantes leigos e eclesiásticos (...) desenvolveu um corpo de ideias que colocava como missão da Igreja a transformação social mediante um engajamento no campo político.”¹⁴

As ideias anunciadas pela Igreja Católica sobre a participação dos leigos na militância, como evidenciado por Alejandra Estevez, foi influenciada pelo Concílio Vaticano II, no início da década de 1960, que legitimou a politização do trabalhador voltada às questões sociais. Seguindo esta ideia, proponho identificar a atuação dessas mulheres caracterizadas como leigas, Maria Lorena e Maria Vitória, que não pertenciam a um cargo eclesiástico. Mais especificamente, busca-se destacar o protagonismo dessas mulheres que ocuparam cargos de secretárias. E não somente identificar a presença destas mulheres comuns, mas trazer uma análise de suas trajetórias individuais à luz dos acontecimentos

¹¹*Idem.* p.23.

¹²ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. “Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 69, p.207-231, 2015.

¹³*Idem*, p.208.

¹⁴ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 69, p.212, 2015.

políticos-repressivos durante a ditadura e das transformações da Igreja Católica, evidenciando, assim, essas mulheres esquecidas pela historiografia que participaram ativamente na resistência da Ação Católica Operária contra a ditadura militar no Brasil no período do AI-5.

Portanto, a pesquisa se propõe a reconstruir as trajetórias e atuações de Maria Lorena de Araújo e de Maria Vitória Silveira Pinheiro como mulheres militantes, e suas conexões internacionais contra a opressão da ditadura militar brasileira, partindo de 1968 até meados dos anos 1970 – os anos mais intensos de repressão no Brasil. O presente trabalho será baseado em uma série de catalogações de cartas e relatórios produzidas durante meu período como bolsista de iniciação científica da pesquisa *Entre a batina e a linha de montagem: a atuação de padres operários estrangeiros durante a ditadura militar*, sob a orientação da profa. dra. Larissa Rosa Corrêa. Além disso, através da análise de fontes como periódicos, cartas e demais documentos encontrados no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* (KADOC), pretende-se examinar a presença feminina e entender de que maneira as mulheres católicas leigas combateram a repressão dentro da Ação Católica Operária. Ainda, por meio das cartas, busca-se fazer uma análise mais precisa sobre as conexões feitas por elas nas trocas de cartas da Ação Católica Operária, em Recife, com o Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, na Bélgica, e os desdobramentos nacionais e internacionais por meio da agência feminina.

O interesse em analisar as trajetórias individuais das secretárias católicas e, a partir delas, identificar o papel desempenhado por elas na ditadura militar brasileira, tem como objetivo problematizar a narrativa que privilegia exclusivamente a alta sociedade e principalmente a perspectiva masculina de gênero. Este trabalho visa demonstrar como essas mulheres tiveram um papel de destaque nos espaços que ocuparam ao longo da vida, e também na resistência à repressão durante a ditadura militar no Brasil. É preciso identificá-las como agentes de suas trajetórias individuais, mas também da trajetória coletiva dos trabalhadores militantes, mesmo ocupando cargos considerados comuns ou “menores”, como os de secretárias, como também elucidado por Cubas, sendo elas “sujeitos de sua própria história, uma vez que, como sujeitos resistentes, ao tentar estabelecer modificações em uma história imediata, sua própria história é transformada”.¹⁵

A partir disso, pretendemos demonstrar como o trabalho foi um meio que essas

¹⁵ CUBAS, Caroline Jacques. **Do hábito à resistência:** freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p.141.

mulheres leigas encontraram de se posicionarem politicamente e exercerem a militância dentro e fora do movimento, o qual contribui para a desmistificação presente na historiografia de que a classe trabalhadora estaria alheia aos acontecimentos políticos e sociais ao seu redor, e também para a legitimação da agência da mulher na sociedade. Partindo da investigação das atividades exercidas por elas, busca-se identificar os frutos de seus trabalhos na sociedade, uma vez que a solidariedade e a empatia com relação ao próximo formavam o pilar das organizações católicas progressistas. O trabalho destas mulheres era não só um espaço de resistência, mas também de afirmação do gênero feminino, do espaço da mulher na sociedade e na luta da classe trabalhadora.

Elizabeth Lobo, em *A Classe Operária tem dois sexos* (1991), diz que “o trabalho não é apenas um instrumento para ganhar a vida, mas articula uma identidade de mulheres trabalhadoras”¹⁶. A posição ocupada por essas mulheres no trabalho permitia que elas escolhessem as informações que seriam circuladas. Ao levar em consideração o momento de repressão que as cercavam, utilizaram o trabalho como um ato de resistência à ditadura militar brasileira. Como trabalhadoras católicas, também é preciso levar em consideração que, para os cristãos, o trabalho é visto como uma dádiva do próprio Deus, como dito por Thompson, o trabalho seria um “puro ar de virtude”¹⁷. Sendo assim, o ambiente de trabalho nos movimentos católicos foi ocupado por estas mulheres como espaço de afirmação de gênero, de resistência e prática da fé católica.

Por se tratar de uma pesquisa historiográfica que tem como foco contemplar a história das mulheres dentro da história social, esse projeto tem como base teórica os estudos acerca das relações de gênero, com ênfase na história das mulheres. A obra *Nas Margens: três mulheres do século XVII* da historiadora canadense Natalie Zemon Davis¹⁸ nos serve como uma referência teórica na medida em que a autora coloca em destaque a perspectiva de três mulheres subalternizadas, e contempla o papel social e o protagonismo dessas mulheres dentro de suas próprias realidades. Por meio da escrita, a autora chama a atenção para as experiências que estas mulheres experimentaram socialmente e como se articularam dentro de seus contextos de vida para se afirmarem como agentes históricas. É nesse sentido que pretendemos construir a narrativa histórica, usufruindo da escrita como um meio de evidenciar os protagonismos e agências de Maria Lorena e Maria Vitória. Ademais, destaco o

¹⁶LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2021. p.179.

¹⁷THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. ed. Paz e Terra, São Paulo, 2010. p. 240.

¹⁸DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

conceito de *experiência* trazido por E. P. Thompson em *A miséria da teoria*¹⁹ para traçar as trajetórias destas mulheres, o qual afirma que a experiência é determinada pelas transformações sociais dos indivíduos, sendo alvo de constante transformação e construção.²⁰

As fontes a serem analisadas para a construção historiográfica serão feitas com base na metodologia proposta por Silvia Lara, em que “a leitura não deve buscar apenas o que foi escrito, mas também como foi escrito, porque foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado.”²¹ Serão objetos de análise desta pesquisa os documentos produzidos pela polícia política da ditadura, o Sistema Nacional de Informações (SNI), órgão que monitorava e relatava atividades de indivíduos considerados uma ameaça para o Estado ditatorial. Entre as fontes, armazenadas pelo Arquivo Nacional, encontramos relatórios de reuniões escritas por agentes infiltrados, pareceres sobre a Ação Católica Operária e sobre as secretárias, e busca de informações de Maria Lorena e Maria Vitória solicitadas às embaixadas exteriores. Com as documentações do SNI sobre elas, é possível pensar no papel que elas desempenharam no movimento, a partir do momento em que se tornam uma possível ameaça ao governo, levando-as até mesmo à investigação e prisão, como no caso de Maria Lorena de Araújo.

Também serão alvo de nosso interesse de observação, as cartas catalogadas pelo KADOC, em que pretendemos identificar as relações de poder conquistadas por elas e as articulações que estas dominaram na comunicação, por meio de sua posição como secretárias. A análise desses documentos permite identificar as particularidades das trajetórias individuais de cada militante e traçar o perfil individual desejado, levando em consideração os espaços ocupados por elas, motivos que as levaram a serem investigadas, seus posicionamentos políticos, e seus ofícios dentro do movimento operário.

Por meio das trajetórias singulares e individualizadas pensadas a partir da documentação oficial e das cartas pessoais, será possível traçar uma trajetória comum que as une: a Ação Católica Operária, sem deixar de lado suas particularidades. É nesse sentido, que Lilia Moritz Schwarcz, ao escrever “Biografia como gênero”, enfatiza a trajetória como “posições simultaneamente ocupadas em sucessivos campos de força: tanto individuais como em relação a demais grupos sociais em concorrência.”²² A união das trajetórias individuais possibilitará a determinação de uma trajetória da Ação Católica Operária e do Movimento

¹⁹THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

²⁰*Idem*. p.16.

²¹LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n.28, 2008. p. 22.

²²SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**: Revista dos Pós-graduandos em história da UNICAMP, n. 24. 2013, p. 57.

Mundial dos Trabalhadores Cristãos que contemple a perspectiva feminina.

No objetivo de investigar as questões propostas, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, discutiremos a relação da Igreja Católica com o mundo do trabalho, e de que maneira ela teria fomentado a criação de diversas instituições religiosas de fins políticos e sociais e a influência exercida sob a Teologia da Libertação²³ na América Latina. Ainda neste capítulo, daremos foco à atuação dos leigos nos movimentos sociais e veremos como setores da Igreja Católica no Brasil se posicionaram politicamente após 1964 no Brasil.

O segundo capítulo contextualiza o que era ser mulher nos anos 1960 e 1970 no Brasil, atentando-se para as clivagens de gênero, classe e raça. Além disso, evidencia as questões morais em disputa sobre a figura da mulher brasileira por diferentes narrativas políticas. Ao concluir, são apresentadas as trajetórias de Maria Lorena de Araújo e Maria Vitória Pinheiro antes do período de maior tensão da ditadura militar brasileira, instaurado com o AI-5, em 1968, destacando as trajetórias de cada uma, as articulações feitas por elas entre trabalho e religião, e como usufruíram desses meios para se inserirem no âmbito político-social.

Por fim, o terceiro capítulo propõe analisar as perseguições sofridas pela Ação Católica Operária no Brasil, identificando o papel de destaque destas mulheres durante o período repressivo da ditadura, principalmente a partir de 1968. Sendo elas, mulheres, católicas e secretárias, de que maneira atuaram na resistência à ditadura militar e como suas perspectivas de mundo e motivações teriam guiado suas atitudes em prol da resistência. Também traçaremos os desdobramentos das ações destas mulheres a partir da análise de fontes históricas documentais.

²³Corrente teológica que surgiu na Igreja Católica na década de 1960 com o objetivo de olhar e defender a causa de grupos subjugados e marginalizados. A teologia da libertação levou a Igreja católica a ter uma aproximação com ideias marxistas que olhavam para a libertação dos grupos oprimidos por meio da fé católica.

Capítulo 1

Igreja Católica: entre o trabalho e a política no Brasil

A Igreja Católica, em meados da década de 1940 no Brasil, começou a se preocupar com o afastamento das classes populares nos assuntos da fé católica. Com medo de perder seus fiéis e, principalmente, a nova juventude, a Igreja do Brasil buscou implementar organizações para fortalecer o catolicismo no meio da juventude trabalhadora, tanto nas áreas rurais quanto nos ambientes de proletarização. É dessa forma que a Juventude Operária Católica (JOC) – movimento fundado na Bélgica, em 1925, pelo padre Joseph Cardijn – adentra o Brasil, com o mesmo propósito de aproximar a instituição religiosa e “cristianizar”²⁴ a classe trabalhadora. Inicialmente, a JOC exercia um papel puramente social, segundo Scott Mainwaring, “a JOC era mais um movimento jovem da Igreja do que uma organização da classe trabalhadora. (...) Os jocistas promoviam extensas discussões sobre a família, (...), e problemas pessoais.”²⁵

A partir dos anos de 1960, com a convocação no Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil passava por uma nova etapa transformadora. A Igreja tinha como novo propósito levar o Evangelho libertador de Jesus Cristo às classes marginalizadas e oprimidas: à classe trabalhadora. As questões sociais se tornavam cada vez mais parte da preocupação da Igreja, e aos poucos o movimento operário juvenil foi adquirindo um caráter mais politizado frente às demandas da classe trabalhadora. Além da JOC, novas organizações foram consolidadas e serviram como base para a metodologia da teologia da libertação.

O sentimento de solidariedade movia a Igreja adepta à teologia da libertação para agir em favor dos pobres. Gustavo Gutiérrez, um dos fundadores desta corrente social católica, afirma que era necessário abraçar a luta dos pobres e enfrentar o que fosse necessário para tornar efetiva a libertação dos trabalhadores. Mas, para que o Evangelho pudesse ser pregado, era necessário compreender a realidade enfrentada pelas bases.

Só repelindo a pobreza e fazendo-se pobre para protestar contra ela, poderá a Igreja pregar algo que lhe é próprio: a pobreza espiritual, ou seja, a abertura do homem e da história ao futuro prometido por Deus. Unicamente deste modo poderá cumprir honestamente, com possibilidades de ser ouvida, a função profética de denúncia de toda injustiça que atente contra o homem e a proclamação libertadora de uma real fraternidade humana. Só uma autêntica solidariedade com os pobres e um real protesto contra a pobreza, tal como se apresenta

²⁴MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**: (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. p.141.

²⁵*Idem.* p.142.

em nossos dias, pode dar um contexto concreto e vital a uma exposição teológica sobre a pobreza.²⁶

Seguindo a ideia de Gutiérrez, algumas igrejas católicas no Brasil adotaram medidas para que pudessem levar o evangelho e se aproximar da classe trabalhadora de forma que servisse como uma verdadeira apoiadora e fortalecedora da luta trabalhista. A Igreja buscou ressignificar seu valor na sociedade assumindo a representação de ser uma instituição pobre, dos pobres, e para os pobres²⁷. Esse movimento na Igreja surge, segundo a historiadora Larissa Corrêa, pois “acreditava-se que as igrejas se encontravam distantes dos bairros operários e era preciso, na visão desses clérigos, conhecer a cultura própria dos trabalhadores, bem como a realidade social da classe operária.”²⁸ Neste capítulo, discutiremos o papel da Igreja Católica na luta dos trabalhadores brasileiros, e de que forma ela se posicionou e influenciou no exercício político dos trabalhadores durante a ditadura militar. Além disso, traremos em questão a presença do laicato nos espaços da Igreja e, sobretudo, das mulheres leigas e suas atribuições nos setores da Igreja Católica voltados para as questões trabalhistas.

1.1 O laicato e a presença nas bases

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica entendeu que, para impulsionar toda à sociedade no exercício da fé cristã, era preciso o apoio da comunidade católica para atuar na missão de evangelização. A historiadora Alejandra Estevez afirma que “o apostolado sacerdotal depende do leigo para realizar-se plenamente.”²⁹ Com isso, é feita uma declaração pelo Vaticano tratando especificamente do apostolado dos leigos, o qual destacou a participação do laicato como fundamental para a fé católica e para o avanço do Evangelho à todas as camadas da sociedade. A atuação dos leigos deveria ser vista não somente nos encontros oficiais da Igreja, mas principalmente na vida cotidiana, no dia a dia da comunidade católica.

Os leigos exercem o seu apostolado multiforme tanto na Igreja como no mundo. (...), os principais são: as comunidades eclesiais, a família, a juventude, o meio social, as ordens nacional e internacional. E como hoje a mulher tem cada vez mais parte activa em toda a vida

²⁶GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1983. p.248-249.

²⁷MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil: (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.33.

²⁸CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). **Topoi**, v. 25, 2024. p.8.

²⁹ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **A Igreja e os Trabalhadores Católicos: Um Estudo Sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p.68.

social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla também nos vários campos do apostolado da Igreja. (...). Porque participam no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm os leigos parte activa na vida e acção da Igreja.³⁰

Dessa forma, o trabalho fomentado pelos leigos fazia parte da ideia de Igreja dos pobres e para os pobres³¹, para que a Igreja pudesse chegar até as camadas mais populares da sociedade, aos trabalhadores marginalizados, uma vez que entendiam e traziam as questões enfrentadas por suas próprias realidades como integrantes das classes populares. Além disso, o Papa Paulo VI chama a atenção para a participação efetiva das mulheres no meio do laicato, uma vez que estas, nos anos 1960, adentravam cada vez mais os espaços na sociedade. A participação da mulher na ação da Igreja passou a ser vista como peça fundamental para o trabalho social da Igreja. As mulheres ocuparam grande parte do laicato, desenvolvendo suas atuações político-sociais em favor da libertação da classe trabalhadora.³²

1.2 Em defesa dos trabalhadores

Os leigos, junto à Igreja progressista, desenvolveram seus trabalhos dentro da própria comunidade de trabalhadores, nas vilas operárias, o que permitiu a formação e fortalecimento de instituições e comunidades que abordavam tanto as questões sociais do trabalhador, quanto o ensino bíblico. Nesse contexto de mudança de visão da Igreja e crescimento da atuação às bases, surgiram organizações com o objetivo de legitimar as demandas das comunidades trabalhadoras à luz do Evangelho, como exemplo a Ação Católica Operária (ACO) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Também, a partir de 1960, a Juventude Operária Católica se fortaleceu em apoio e ao exercício político da classe trabalhadora.

O trabalho implementado nas comunidades se dava principalmente por meio das Equipes de Bases, as quais eram reuniões lideradas por leigos e contavam com o apoio de padres do meio operário.³³ Os encontros tratavam de questões cotidianas da vida dos trabalhadores, mas, principalmente, tendo como foco a luta operária e um despertar para a militância. A partir de estudos bíblicos, os sujeitos refletiam sobre suas condições de vida e de trabalho e de que forma poderiam agir em prol de dignificação no meio operário.

³⁰CONCÍLIO VATICANO II. **APOSTOLICAM ACTUOSITATEM**. Vaticano, 1965. Disponível em <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolic_am-actuositatem_po.html>, acessado em 30 de outubro de 2025.

³¹Conceito apresentado anteriormente por Scott Mainwaring em *A Igreja Católica e a Política no Brasil* (1989).

³²CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência:** freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p.21-22.

³³Relatório do movimento operário. Recife, 15 de agosto de 1973. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* (KADOC). Pasta MMTC 6.5.3-1 - a.

Dessa forma, com o apoio da Igreja e do laicato – participantes ativos nos meios sociais da Igreja –, houve uma organização sistemática dos trabalhadores católicos que passaram a se enxergar como uma classe digna de direitos prezando pela valorização individual de cada sujeito. Entre os pilares da missão social católica, além da evangelização, estava a organização da comunidade por uma consciência de classe. O padre operário, Jacques Loew, um dos implementadores da missão social católica no Brasil, destacou a urgência dos trabalhadores de se tornarem agentes de mudanças nas questões sociais e incentivarem a conscientização entre os demais integrantes.

O operário tem de ser ativo. Isso lhe dará uma conscientização. O operário, assim, é consciente de sua obrigação para com os colegas, a classe; comparece às reuniões do sindicato levando problemas de justiça e ajuda a reflexão.³⁴

Os movimentos, sobretudo, adotavam a militância política de maneira intrínseca à missão evangelística. Os assuntos e demandas da classe trabalhadora, juntamente com a consciência política adquirida entre os indivíduos, constituía parte essencial dos princípios das comunidades e movimentos sociais católicos no Brasil. “A Igreja assumiu a defesa da ação social engajada, se constituindo num canal possível de participação, um espaço de luta para os movimentos populares.”³⁵ Além disso, conforme a contribuição de Heloisa Martins, os ambientes católicos voltados para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que legitimaram a consolidação da classe operária cristã organizada, também fortaleceu a atuação e o trabalho prestado pelas igrejas progressistas no meio popular.

O crescimento do movimento popular veio auxiliar a luta dos trabalhadores nas fábricas e nos sindicatos. (...) O encontro desses trabalhadores, fossem eles militantes operários, sindicais, dos movimentos populares ou de Igreja, se deu principalmente no espaço aberto da Igreja Católica. Do debate, das lutas conjuntas e da troca de experiências saíram fortalecidos todos esses movimentos e, especialmente, houve o fortalecimento da chamada Igreja Popular, ou, se quiserem, da pastoral comprometida com os setores populares.³⁶

³⁴Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1968. **Biblioteca Nacional**. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Tiago%20Loew%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=115387> acessado em 30 de outubro de 2025.

³⁵BEZERRA, Viviane Prado. "A igreja está ao lado da libertação": experiências de uma pastoral popular no contexto da Ditadura Militar no Ceará. **Revista Historiar**, v. 2, n. 2, 2010. p.91.

³⁶MARTINS, Heloisa H. T. S. **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975**. 1^a ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. p.235.

Com o golpe militar em 1964, enquanto uma parte da Igreja apoiou os militares na busca pelo conservadorismo e controle autoritário sob a população, setores progressistas da instituição católica intensificaram seu apoio em prol dos trabalhadores. Como trazido pela historiadora Larissa Rosa Corrêa, “nesse contexto de lutas e organização das Comunidades de Base e de resistência à ditadura militar, evangelizar significava politizar.”³⁷ As frentes da esquerda católica atuaram, principalmente, “na defesa e promoção dos direitos humanos”³⁸, incentivando o engajamento à militância dos trabalhadores como legítimos agentes transformadores de seus contextos sociais. Essa defesa dos direitos humanos baseava-se na ideia de que era necessária uma mudança nas camadas sociais que pensasse nos trabalhadores, e “como filhos de Deus, todos são dignos de respeito e do direito à vida digna.”³⁹

A Igreja Católica progressista foi fortemente movida pelo sentimento de solidariedade para atuar a favor da classe trabalhadora marginalizada. E, após o golpe militar em 1964, os direitos humanos de muitos integrantes da classe trabalhadora e da própria Igreja foram sendo violados pela repressão da ditadura militar sob a acusação de serem “subversivos” e adeptos ao comunismo. Nesse sentido, alguns membros do clero se posicionaram fortemente contrários às medidas tomadas pelos militares acarretando em uma declaração, em 2 de junho de 1964, denunciando as violações acometidas aos setores da esquerda católica.

Não podemos concordar com a atitude de certos elementos que têm promovido mesquinhias hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes, leigos e fiéis (...). Não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar, a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes”.⁴⁰

A declaração foi até mesmo contrária a outras partes da Igreja e da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que apoiaram o golpe militar e viam a possibilidade de estabelecer a ordem social e atuar em favor do anticomunismo no Brasil. O manifesto foi

³⁷CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). *Topoi*, v. 25, 2024. p.21.

³⁸AZEVEDO, Derni. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos avançados*, v. 18, 2004. p.113.

³⁹MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*: (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. p.94.

⁴⁰Semana Religiosa, 7 de junho de 1964, Pouso Alegre, Minas Gerais. **Biblioteca Nacional**. Disponível em <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149292x&Pesq=%22N%a3o%20podemos%20concordar%20com%20a%20atitude%20de%20certos%20elementos%20que%20t%C3%A3am%20promovido%20mesquinhias%20hostilidades%20%a0Igreja,%20na%20pessoa%20de%20bispos,%20sacerdotes,%20militantes,%20leigos%20e%20fi%C3%A3a9is%22&id=2863703097607&pagfis=270>>, acessado em 1 de novembro de 2025.

fruto de uma reunião entre arcebispos do Rio de Janeiro com o intuito de, pelas palavras da coluna de jornal publicada na Semana Religiosa, trazer “palavras de esclarecimento, conforto e estímulo”⁴¹ aos fiéis. Scott Mainwaring afirma que a violência exercida pelo Estado às classes populares e aos integrantes da Igreja Católica, fomentou o crescimento de demais religiosos em apoio à esquerda católica, fortalecendo ainda mais a militância política da igreja popular.⁴² Uma figura importante para o desenvolvimento da doutrina social católica no Brasil, foi o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Durante a ditadura, incentivou e lutou a favor dos movimentos sociais católicos e também denunciou os crimes violentos proferidos pelo Estado ditatorial. Como forma de apoio, Dom Hélder fundou o movimento Ação, Justiça e Paz, que, sob o olhar dos direitos humanos, tinha o objetivo de denunciar as situações sofridas contra o povo brasileiro e, principalmente, de “vigiar a reação violenta das autoridades que usam como pretexto a salvaguarda da ordem pública”⁴³ durante a ditadura militar no Brasil. Sua atuação não passou despercebida pela polícia política, tendo sido perseguido e censurado por seu apoio às camadas populares.

Para além do apoio de bispos, os setores populares da sociedade brasileira também contaram com a colaboração de redes de apoio formadas pelas freiras. Como apresentado por Caroline Jacques Cubas, historiadora, em *Do hábito à resistência*, as religiosas atuaram frente os crimes de violência e perseguição sofridos por muitos membros da sociedade brasileira. Segundo ela, as freiras ocupavam lugar central na estrutura da Igreja Católica.

São elas as responsáveis pelas catequesis, celebrações, organizações paroquiais, entre outras funções, e que, é nestes espaços que se constituem as possibilidades de ação por parte das mulheres religiosas.⁴⁴

As freiras, movidas pelo sentimento de solidariedade, utilizaram seus hábitos como forma de resistência à ditadura e defesa da dignidade de militantes brasileiros. Entre suas atuações, “desenvolveram redes de apoio que visavam esconder e/ou facilitar a fuga daqueles para os quais o risco fosse evidente.”⁴⁵ Nesse caso, as freiras utilizaram o espaço religioso como refúgio para indivíduos perseguidos pela ditadura militar no Brasil. Seus atos de solidariedade foram vistos, pela polícia repressiva, como subversivos, e por isso, as formas de

⁴¹*Idem.*

⁴²MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**: (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. p.103.

⁴³DA SILVA, Rosildo Henrique. O movimento ação, justiça e paz: Dom Hélder e as violências da Ditadura Civil-Militar brasileira. **Anais dos Simpósios da ABHR**, 2021. p.194.

⁴⁴CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência**: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p.126

⁴⁵*Idem.* p.133.

resistência encontradas pelas religiosas, foram, em muitos casos, reprimidas.⁴⁶ Como é o caso da madre Maurina Borges, presa e torturada sob a acusação de esconder jovens no local onde trabalhava.⁴⁷

Para além da participação das freiras católicas no processo de evangelização e resistência no período de ditadura militar, as mulheres leigas tiveram papel fundamental na legitimação dos direitos da classe trabalhadora, como o ensino à alfabetização e linguagens, e também no fomento ao exercício político dos trabalhadores. Nesse sentido, veremos nos próximos capítulos a atuação de mulheres leigas católicas antes e após o golpe de 1964 no Brasil.

⁴⁶CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência:** freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p.142-143.

⁴⁷SILVA, Kelly Caroline Noll da. “As freiras que resistiram: atuação de religiosas durante a ditadura militar no Brasil”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e60625, 2019.

Capítulo 2

Mulher, agente política

Ao longo do século XX, vemos a construção de um ideal de mulher na sociedade, ideal este que passou por várias fases e transformações. A questão da moralidade feminina no século XX foi alvo de muitas discussões e disputas entre os grupos mais conservadores que tentavam resgatar a mulher que é mãe, esposa e dona de casa, tida como o pilar de seu lar; e os grupos mais liberais, como as feministas que lutavam pelo lugar da mulher em demais espaços da sociedade.

Neste capítulo, discutiremos o ideal de mulher imposto pela sociedade do século XX, sobretudo após 1930, e de que maneira isso impactou a realidade brasileira. Além disso, analisaremos o papel da Igreja e de grupos adeptos ao catolicismo na legitimação do papel da mulher em disputa nos anos 1960. Com relação a esse tema, serão destacadas as trajetórias de duas mulheres leigas católicas, que se manifestaram de maneira ativa no ambiente de trabalho, no catolicismo e na política.

2.1 A moralidade feminina nos anos 1960

A moralidade da mulher brasileira, após 1930, assentava-se exclusivamente nas esposas, mães e donas de casa, como se esse fosse o destino natural de toda mulher. As mulheres com essas atribuições eram as mais respeitadas e vistas como exemplos de mulheres dignas e morais na sociedade brasileira. Além disso, com o avanço do feminismo, o conservadorismo feminino reagia buscando preservar a integridade do lar e fortalecer o modelo de família que tinha o homem como figura principal.⁴⁸

Entretanto, a sociedade da década de 1960 se deparou com uma nova fase para a mulher brasileira que desafiou os sentidos de moralidade da mulher do século XX. Com o movimento feminista e a modernidade em crescente, as mulheres pertencentes aos mais diversos grupos sociais começaram a enxergar uma vida para além do lar, muitas começaram a pensar em carreiras profissionais que levariam ao aumento da renda familiar ou novas formas de se afirmarem como mulher. Desse modo, a *mulher moral* da década de 1960 passa a ser representada não somente como esposa, mãe e dona de casa, mas também como uma mulher que divide o seu tempo entre o lar e o trabalho, que possui novas obrigações e

⁴⁸MARTINS, Flávia Pereira. “**Nem terroristas, nem ingênuas: As contestações de feminilidade na ditadura militar.**” Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. p.25.

ambiçãoes de vida. Nesse sentido, Cristina Spengler Azambuja mostra como a propaganda e o mercado acompanham e incentivam esse novo estereótipo de mulher presente na sociedade ao dizer que “os eletrodomésticos surgem na década de 1960 como grandes representantes da modernidade feminina. Eles a ajudam a se organizar e aproveitar melhor seu tempo.”⁴⁹ Os eletrodomésticos serviram como uma ferramenta para agilizar o tempo da mulher que exercia dupla jornada. Todavia, segundo Azambuja,

A propaganda, reflexo dos valores sociais vigentes, tentava resgatar aquela mulher dona de casa sob o pretexto de que, com a saída da mulher do núcleo familiar, a instituição família (...), estaria seriamente comprometida.⁵⁰

Por mais que a mulher estivesse adquirindo um novo sentido com a modernidade, vale destacar que esses conceitos se encaixam à realidade das mulheres das classes médias e elites, uma vez que as mulheres das camadas mais populares já ocupavam ambientes de trabalho, como exemplo, as mulheres operárias do início do século XX.⁵¹ Nesse sentido, Ivete Ribeiro traz uma análise referente à idealização acerca da mulher, ao dizer que

Talvez esta imagem cor-de-rosa, inspirada na vida da classe média, com a mulher-mãe “plantada” em casa, nunca tenha sido representativa das classes populares. Pois nas famílias pobres a mulher, além de lidar com as coisas da casa, trabalhava muitas vezes fora de casa, fazendo serviços para outros, buscava lenha para vender e coisas mais.⁵²

Além disso, essas novas atribuições sofreram duras críticas dos conservadores, as quais apelavam para a destruição dos valores construídos acerca da moralidade da mulher, e principalmente sobre os valores conservadores da família. Mulheres que deixavam seus lares em troca do mercado de trabalho eram vistas como ameaças para a “estabilidade do matrimônio”, uma vez que a mulher estaria perdendo sua feminilidade e assumindo o lugar que pertence exclusivamente ao homem.⁵³

Essa *crise* de moralidade fez com que mulheres conservadoras se unissem para reafirmar o ideal de mulher que foi construído acerca da figura de mãe, esposa e dona de casa. Como evidenciado pela historiadora Janaína Cordeiro,

⁴⁹AZAMBUJA, Cristina Spengler. "O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na revista O Cruzeiro." **Gestão e Desenvolvimento**, Vol., núm.1, 2006. p.89-90.

⁵⁰*Idem*. p.91.

⁵¹MARCÍLIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo, Loyola, 1993. p.102.

⁵²RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea, família e valores**. São Paulo, Loyola, 1987. p.148.

⁵³PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.624.

A ideia de uma crise dos valores morais é fundamental, portanto, para compreendermos a articulação feminina conservadora na década de 1960. Visto que um dos indicadores da crise era a possibilidade da dissolução da família e da religião, as mulheres deveriam trabalhar no sentido de evitá-la. Assim, urgia que se (re)afirmasse determinado modelo de feminilidade.⁵⁴

Ademais, a década de 1960 se iniciava entre um turbilhão de movimentações políticas. O mundo acompanhava uma série de disputas e debates sobre as ideias que constituíam o comunismo e o socialismo, características da União Soviética que disputava uma Guerra Fria com os Estados Unidos. Nesse sentido, o Brasil não ficou distante desse debate político. Em meio a forte polarização política, o até então presidente do Brasil João Goulart (1961-1964), foi acusado de apoiar o comunismo no Brasil. O medo de que o Brasil se tornasse um Estado comunista tomava conta dos debates políticos e sociais. Assim, além das mulheres no mercado de trabalho, outro aspecto ameaçava o ideal de moralidade feminina. A ideia de preceitos comunistas serem integrados na sociedade brasileira, colocava os conservadores em uma posição de defender e impulsionar os valores da família, principalmente ligados à mulher que é mãe, esposa e dona de casa, alheia aos assuntos políticos, e da fé cristã. Uma das atitudes tomadas pelos conservadores foi a Marcha da Família com Deus pela liberdade, ocorrida em diferentes regiões do Brasil em 1964⁵⁵, e contou com a participação de muitos conservadores, inclusive mulheres, para defender os ideais moralistas da família. A marcha foi promovida fortemente pela “Campanha da Mulher pela Democracia” (Camde), um grupo feminino criado para defender os valores conservadores da família cristã como apoio ao golpe militar.⁵⁶

As integrantes da Camde exerciam uma política contraditória, por mais que elas defendessem a família como bem supremo e imutável, onde não caberia à mulher estar à frente de negócios e de política, as conservadoras se colocaram na política para defender esses preceitos da família conservadora. Sua contraditória participação política, entretanto, tinha o marido como supervisor e permissionário dos atos de sua esposa, uma vez que estas lutavam pela preservação do modelo familiar que colocava o marido acima de todos os demais integrantes.⁵⁷ Para as conservadoras, assumir o papel político e deixar brevemente o

⁵⁴CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.127.

⁵⁵A marcha ocorreu poucos meses antes da efetivação do golpe militar no Brasil, em um momento de protestos contra o então atual presidente, João Goulart.

⁵⁶CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.127.

⁵⁷*Idem.* p.107.

lugar que pertencia exclusivamente a elas no lar era aceitável apenas pelo objetivo e sentido conservador por trás de suas ações. A preservação da família tradicional patriarcal cristã era a essência da Camde e de demais conservadoras da época que legitimaram o caráter *moral* da mulher brasileira.

Logo, se de um lado existiam as conservadoras como as integrantes da Camde, que apoiavam o regime militar no Brasil e lutavam pela preservação da mulher no lar, por outro lado, existiam aquelas que confrontavam esses ideais. O movimento feminista no Brasil, desde o início do século XX, lutava pelos direitos das mulheres nos ambientes sociais, como a dignificação do lugar da mulher na sociedade, e nos ambientes políticos, como a luta pelo direito ao voto. Nesse sentido, segundo Céli Pinto, o feminismo

É um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.⁵⁸

Com as influências do movimento feminista em crescente, as consideradas mulheres *imorais* – adeptas aos preceitos feministas – tomaram parte do mercado de trabalho, das universidades e dos ambientes políticos e sociais. Elas enxergavam uma vida para além do ambiente familiar. Acreditavam que a família não seria o único lugar de ascensão da feminilidade. Nesse sentido, elas começaram a ocupar lugares da sociedade que antes eram ocupados e reconhecidos apenas por homens.⁵⁹ Com essa nova realidade, as mulheres consideradas modernas sofreram uma série de preconceitos por estarem priorizando a vida nas universidades e empresas do que na maternidade e no lar.

Ademais, apesar de vermos na Camde um caráter conservador que defende os preceitos cristãos, não se pode afirmar que todos os cristãos eram adeptos às ideias impulsionadas pela Camde. Com tantas movimentações políticas e sociais da época, os cristãos também se dividiram politicamente, muitos eram apoiadores do conservadorismo como a Camde, mas por outro lado, diversos grupos cristãos surgiram com novas ideias de política e sociedade. Nesse sentido, a ala progressista da Igreja Católica adepta da Teologia da Libertação apoiou inúmeras organizações com viés social. Em meio à crescente

⁵⁸PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.46.

⁵⁹PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.603.

participação da mulher em distintos setores da sociedade, as mulheres católicas enxergaram um caminho para se inserirem nas discussões presentes na época por meio da religião.

As religiosas simpatizantes da esquerda católica – como ficou conhecidos esses segmentos mais progressistas da Igreja Católica – se distanciaram do ideal de moralidade da mulher defendido pelos conservadores. Elas, por meio da religião e dos princípios pautados na fé católica libertadora, ocuparam os espaços que antes eram de caráter exclusivamente masculino, como o ambiente universitário, mercado de trabalho e a militância político-social. Além disso, muitas destas mulheres dividiram a vida como esposas, mães, donas de casa e também como estudantes, trabalhadoras e militantes.

Nesse sentido, Tereza Maria Pompéia Cavalcanti, nascida em uma família de pais militantes da esquerda católica, estava no meio da pressão de se casar e administrar o lar, mas também de entrar para a faculdade e atuar nos movimentos sociais da Igreja Católica. Na entrevista com Tereza, abordamos assuntos como o que representava ser mulher nos anos 1960, qual era o posicionamento e a relação da Igreja com as mulheres leigas e de que maneira o espaço da Igreja Católica permitiu que elas pudessem exercer suas atividades sociais e políticas. Entre suas falas, Tereza diz que os movimentos progressistas católicos foram lugares nos quais as mulheres conseguiram adentrar e ascender. Dentre tantas dificuldades que permearam a ditadura, o preconceito e o machismo presente na sociedade dos anos 60, e até de integrantes dos próprios grupos, Tereza traz seu relato de como era ser militante nesse período e como a mulher era vista dentro dos grupos católicos progressistas.

Sempre a Igreja teve uma postura de colocar a mulher em um nível diferente do homem. Apesar de nos documentos sair toda a importância da igualdade entre os sexos, a questão do tratamento às mulheres pelos homens, e, especialmente pelos padres, sempre era com um pé atrás. Aos poucos foi introduzida a questão do olhar da mulher feminista, então, deixando de lado esses preconceitos. (...) Na classe popular, as mulheres lutadoras foram mais de enfrentar tanto problemas sociais e políticos como problemas com os padres, o machismo. Na classe popular levou a gente a aprender como ser lutadora, revolucionária e manter um orgulho de ser mulher, um sentimento de igualdade.⁶⁰

Ainda assim, apesar das dificuldades temporais, mulheres como Tereza encontraram nos grupos católicos associados ao movimento de libertação dos pobres e oprimidos, um ambiente em que pudessem atuar. Unidas pelo mesmo sentimento de solidariedade e da

⁶⁰Trecho retirado da entrevista com Tereza Pompeia concedida à autora em nove de abril de dois mil e vinte e cinco.

legitimização de seu lugar como mulher nos movimentos, elas encontraram um ambiente favorável para lutar de maneira ativa em prol das causas político-sociais por elas defendidas.

2.2 Trajetórias militantes

A mudança de perspectiva de feminilidade que antes era encontrada apenas no lar, passou a ter novos significados. O mundo todo passava por uma efervescência de movimentações políticas e sociais, que levavam a questionar o lugar da mulher nesse *novo mundo*. Dentre essas mulheres, destaco duas jovens que escolheram priorizar o caminho das lutas sociais e do ambiente de trabalho como forma de resistir, Maria Vitória da Silveira Pinheiro e Maria Lorena de Araújo. Apesar de terem suas militâncias exercidas em lugares diferentes, suas trajetórias ao longo do caminho se cruzaram e compartilharam em certo momento da vida, da mesma luta na resistência contra a ditadura militar brasileira.

As Marias tiveram suas juventudes vividas em dois momentos particulares em seus respectivos países que influenciaram suas maneiras de atuação. A militância fazia parte de suas vidas muito antes do período de ditadura militar no Brasil, estava presente em suas experiências de vida desde jovens. Assim, buscaremos entender como o ativismo político-religioso fez parte de suas trajetórias e como a utilizaram para legitimar suas existências e permanências como mulheres atuantes na sociedade da segunda metade do século XX. Busca-se pensar como suas trajetórias como militantes católicas foram construídas desde suas juventudes até a ditadura militar brasileira. Além disso, pensaremos como suas trajetórias e posicionamentos como mulheres foram impactadas e fundamentadas na perspectiva libertadora da Igreja Católica.

2.3 Maria Vitória da Silveira Pinheiro



Maria Vitória da Silveira Pinheiro, 1972.⁶¹

Nascida em 28 de maio de 1923, na freguesia de Belém, em Lisboa, Portugal. Maria Vitória da Silveira Pinheiro foi uma jovem católica atenta às questões sociais que permeavam sua realidade. Durante sua juventude, em 1944, Vitória Pinheiro exerceu uma função no mercado de trabalho que era considerado como um ofício *tipicamente feminino*⁶², como telefonista da empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT). Ademais, sua juventude ocorreu dentro de uma ditadura fascista em Portugal liderada por António de Oliveira Salazar, o qual ficou no poder por mais de 30 anos.

A ditadura salazarista fundamentada nos preceitos conservadores, defendia a preservação do lugar da mulher no lar, pautada na tríade: mãe, esposa e dona de casa. O exercício do trabalho feminino nesse período em Portugal, era visto como uma ameaça ao ideal de família defendido pelo regime, principalmente aquelas que ocupavam cargos em fábricas e assumiam papéis políticos dentro de seus trabalhos, funções estas que supostamente iriam contra a natureza “sensível” e “delicada” da mulher. Como descrito pelos historiadores Leonardo Gonçalves e Vitória Machado,

A moralização do retorno das mulheres aos lares estava intrinsecamente ligada ao discurso do regime (...). Somado a isso, a ligação que as mulheres trabalhadoras das fábricas e indústrias teriam com movimentos políticos e sindicais não agradava a camada mais

⁶¹Arquivada pelo SNI em 1972. **Arquivo Nacional**: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72094157.

⁶²PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.624.

conservadora do regime. O papel a ser desempenhado era o de mãe, dona de casa e esposa fiel.⁶³

Vitória Pinheiro, com todo o debate acerca da moralidade feminina na sociedade do século XX, se posicionou contrária às ideias conservadoras do regime salazarista. Como telefonista, ela ocupou espaços que não eram bem vistos para uma mulher da época. Por meio do ofício de trabalho, afirmou seu lugar na luta por direitos trabalhistas ao convocar a organização do sindicato dos trabalhadores do CTT no intuito de reivindicar a isenção do pagamento de impostos profissionais e demais demandas dos trabalhadores.⁶⁴ Entretanto, o sindicato sofreu censura por parte da ditadura salazarista e Maria Vitória foi retirada de seu cargo como telefonista. Com isso, ela se muda para a Bélgica para assumir o secretariado geral do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos (MMTC), deixando a ocupação de telefonista, mas sem abandonar o ativismo político e social a favor da causa trabalhista.

Interessante analisar que, alguns documentos da Embaixada da Bélgica presumem que Maria Vitória seria uma refugiada política na Bélgica⁶⁵, e ao assumir o cargo de liderança do secretariado do MMTC, poderia exercer com mais vigor e alcance suas atribuições políticas e sociais que a ditadura salazarista não havia permitido. Em uma carta escrita por ela à sua amiga, Maria Lorena, a portuguesa relata o sentimento presente em sua mudança para a Bélgica em razão da situação delicada que enfrentava no período salazarista de censura e repressão, ela expõe a dor da separação familiar e a solidariedade com seus colegas de militância que permaneceram em Portugal. Assim escreveu na missiva:

O tempo passa rápido. Ainda parece há pouco que me vi em apuros com o problema da minha vinda para aqui; (...) E certo que se por um lado o tempo é veloz, por outro bem penoso tem sido toda esta separação da família, do meu país, de colegas e amigos, companheiros de luta, que muito me tem acompanhado espiritualmente, mas que lhe tenho sentido a falta! Para a minha pobre mãe tem sido dura esta separação. (...) O trabalho em Portugal continua também duro.⁶⁶

⁶³GONÇALVES, Leandro Pereira; MACHADO, Vitória Almeida. Mulheres que Trabalham: as representações profissionais das mulheres nos Estados Novos de Getúlio Vargas e António Salazar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 72, p. 335-358, 2021.

⁶⁴PINTO, Luís Eurico Calado Nogueira. **Elementos para a História dum Sindicato**: como nasceu o SNTCT. Lisboa: SNTCT, 1996.

⁶⁵Telegrama da Embaixada em Bruxelas ao Brasil de 1972. **Arquivo Nacional: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.149**.

⁶⁶Trecho da carta escrita por Maria Vitória Pinheiro à Maria Lorena de Araújo, sua amiga, em Recife, escrita em 16 de maio de 1973, na Bélgica. *Documentation and Research Centre on Religion*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

Entre os conceitos que regiam o regime de Salazar, destacam-se a crença fiel à fé católica. O catolicismo serviu como um fortalecedor para o conservadorismo do Estado Novo salazarista, e tinha o objetivo de resgatar a separação dos papéis dos homens e das mulheres na sociedade portuguesa, o homem como provedor e a mulher como do lar.⁶⁷ Nesse sentido, a Igreja católica exercia um papel importante na sociedade portuguesa e no fortalecimento do regime salazarista.

À Igreja Católica, cabia assim, no modelo sociocultural projetado pelo Estado Novo, o papel de “integrador cultural” da população, isto é, a parte espiritual e moral do processo de regeneração nacional.⁶⁸

Como jovem católica, Vitória escolheu participar de maneira ativa nos movimentos considerados de caráter progressista da Igreja Católica, mais uma vez indo contra o moralismo imposto por Salazar ao integrar movimentos que tinham como princípio os direitos e a legitimação do trabalhador. Os movimentos católicos que Maria Vitória integrou tinham um viés ligado à uma teologia mais progressista da Igreja Católica, onde mulheres como ela poderiam participar de maneira ativa na luta política dos trabalhadores. Dentre eles, podemos citar sua participação na Juventude Operária Católica (JOC) e na Liga Operária Católica (LOC)⁶⁹, todas em Portugal, onde nasceu e viveu até os anos 70, quando se mudou para a Bélgica.

A portuguesa, tanto em Portugal como na Bélgica, vinculava o trabalho e a fé católica com as premissas de sua militância política. Ao assumir o secretariado do MMTC, ela não deixou de lutar pelo o que acreditava, pelo contrário, sua posição favorável como líder de um movimento mundial de cristãos teve forte influência em movimentos de diversos lugares, como nos movimentos católicos que lutavam contra a ditadura militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, sua militância era uma forma de reafirmar seu lugar como mulher nos espaços em disputa da sociedade do século XX: trabalho, política e religião.

2.4 Maria Lorena de Araújo

⁶⁷COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 17,1997. p.72.

⁶⁸SIMPSON, Duncan. A igreja católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: Revista de história**, v. 18, n. 1, 2012. p.92.

⁶⁹PINTO, Luís Eurico Calado Nogueira. **Elementos para a História dum Sindicato**: como nasceu o SNTCT. Lisboa: SNTCT, 1996.



Maria Lorena de Araújo, 1967.⁷⁰

Maria Lorena de Araújo nasceu em 21 de abril de 1921, em Belo Jardim, interior do estado de Pernambuco. Aos 16 anos se mudou para Caruaru e, posteriormente, para Recife onde permaneceu até sua velhice. Desde a adolescência, já usufruía da escrita como meio de expressar seus sentimentos e sua visão de mundo, um meio muito utilizado pelas mulheres desde o século XIX no Brasil para se afirmar como uma agente social e intelectual.⁷¹ Em 1937, durante sua mudança, publicou um pequeno texto descrevendo sua partida do interior para a cidade, ressaltando a melancolia de deixar sua cidade-natal, mas principalmente sua família, para investir em seus estudos e em sua vida profissional.

Quando naquele dia muito triste eu tomava o trem para deixá-lo, senti no coração uma saudade grande, muito grande de você, Belo Jardim. (...) Agora deixe-me dizer-lhe bem baixinho um segredo: Embora longe de você, no barulho crescente de uma cidade maior, eu não o esquecerei nunca, Belo Jardim!⁷²

Desde nova, Maria Lorena já demonstrava que sua percepção de mundo estava muito mais próxima da mulher trabalhadora e intelectual, do que da mulher administradora de seu lar. Na cidade grande, Lorena Araújo começou a trabalhar como secretária desde seu primeiro

⁷⁰Única fotografia encontrada no Arquivo Nacional. A imagem original foi submetida à Inteligência Artificial para melhorar sua qualidade. Trata-se de uma cópia idêntica ao perfil original, somente a qualidade foi modificada. 1978. **Arquivo Nacional**, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111962.

⁷¹DE OLIVEIRA, Romair Alves. “Resistir/Existir na Construção da Escrita Feminina”. **Verbo De Minas**, v. 17, n. 30, 2016. p.96.

⁷²Texto publicado no Diário da Manhã, Pernambuco, 25 de abril de 1937. **Biblioteca Nacional**. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&pesq=%22Lorena%20Araujo%22&pagina=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31607>

emprego em Caruaru, e afirmava o seu lugar no trabalho por meio do catolicismo na Juventude Operária Católica, tendo participado de diversas reuniões que tinham como pautas o trabalho e a religião. Dessa forma, Lorena se engajou nos assuntos que envolviam o trabalho e o cristianismo. Ela foi militante da JOC desde 1956 tendo, inclusive, recebido uma autorização à licença remunerada, autorizada pelo presidente da República: Juscelino Kubitschek (1956-1961), publicada no Diário Oficial da União em 1957⁷³, para participar do Congresso Mundial da JOC em Roma, presidida pelo Papa Pio XII em agosto de do mesmo ano.⁷⁴ Neste congresso, jocistas que se destacavam eram escolhidos para representar as JOCs locais em Roma, e Lorena foi uma delas. Durante a conferência, o Papa legitimou a força do ativismo da JOC e atribuiu a atuação dos integrantes do movimento como fundamental para a chamada libertação da classe operária.

A Igreja tem necessidade, e hoje mais do que nunca, da juventude trabalhadora. Nós contamos com a JOC, e esperamos dela grandes coisas.⁷⁵

Lorena continuou atuando nos movimentos trabalhistas da Igreja Católica no Brasil. Com o golpe militar em 1964, marcando o início da ditadura brasileira, a secretária foi alvo de perseguição política, tendo sido presa e solta no mesmo dia 25 de abril de 1964 sem muitas explicações, apenas com a justificativa de que seria para “averiguações de atividades subversivas”⁷⁶ e, ao mesmo tempo, “por fazer parte da Juventude Operária Católica (JOC)”⁷⁷. Como mulher, católica e secretária, Lorena contrariou a política moralista em torno da mulher no século XX, tendo escolhido se posicionar nos lugares pouco legitimados à mulher, principalmente atuando como diretora da Juventude Agrária Católica (JAC) e coordenadora da Ação Católica Operária em Recife. Como líder destes movimentos, auxiliava os trabalhadores em prol de seus direitos e de sua dignidade, e por isso, recebia forte apoio dos trabalhadores.⁷⁸ Assim, em 1967, lançou um manifesto da ACO com a JAC intitulado “Nordeste- Desenvolvimento sem justiça”, sendo a única mulher da diretoria. Durante o

⁷³Relatório INPS. 16 de janeiro de 1973. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.564.

⁷⁴MORAES, Maria Blassioli. **A ação social católica e a luta operária:** a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁷⁵Trecho da fala do Papa na revista “Ave Maria” durante o Congresso Mundial da JOC em Roma, 1957. Edição de 1961.

⁷⁶Documento de Informações do SNI. 16 de janeiro de 1973. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.564.

⁷⁷Pedido de busca SNI. 23 de junho de 1967. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111962.

⁷⁸Uma das fichas produzidas e arquivadas pelo Departamento da Polícia Federal relatou que Lorena era muito aplaudida pelos trabalhadores durante as manifestações do movimento de trabalhadores cristãos. 19 de dezembro de 1977. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111962.

manifesto, fez fortes denúncias sobre a marginalização do operário e do camponês em Pernambuco. Em um trecho escrito por um agente infiltrado no lançamento do manifesto, ele relata que

O Manifesto foi iniciado pelo grupo que compôs a mesa assim constituído: Bispo D. Helder Câmara, D. Lamartine Távora, D. Romano, Sra. Maria Lorena de Araújo e Isaac Gondim. O ato foi transmitido pela Rádio Olinda e TV Canal 2, com a assistência de aproximadamente 500 pessoas; muito agitado sob aplausos. Foi iniciado às 20:30 horas e encerrado às 22:10 horas. Em primeiro lugar, falou a srta. Lorena, alertando a classe operária dizendo: que ela (classe operária), estava adormecida, mas não esquecida; e que os cristãos precisavam ver a realidade que o destino traz, e o tanto que temos sofrido, referindo-se aos trabalhadores e aos cristãos.⁷⁹

Esse fato chamou a atenção da polícia política que investigava as movimentações da Ação Católica e especialmente de Maria Lorena. Posteriormente, as documentações do Sistema Nacional de Informações, produzidos pelos militares, sempre mencionam esse acontecimento ao referenciar Lorena.

Consta que Maria Lorena de Araújo, Secretária da Ação Católica Operária (ACO), em Recife, teria tido participação ativa, juntamente com seu esposo no lançamento do manifesto "Nordeste: Desenvolvimento Sem Justiça", documento de caráter subversivo.⁸⁰

Ao analisar este relatório feito pelo agente que investigava a reunião, em uma de suas anotações ele dá a informação de que ela teria participado junto de seu marido, entretanto, Maria Lorena em todos os demais documentos encontrados, como carteira de trabalho, passaporte e relatórios de trabalho no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), assinalam que ela era uma mulher solteira.⁸¹ É interessante pensar como os moldes morais da época impactaram a realidade da mulher que assumia lugares de liderança, sendo a mulher sozinha vista como insuficiente para administrar tamanha responsabilidade. Lorena, como única mulher dentre quatro homens dirigentes do manifesto, sendo três deles religiosos celibatários, foi interpretada pela lógica da mulher conservadora, em que ela só poderia assumir este papel de liderança política estando unida a um homem.

Lorena adquiriu uma posição de destaque no meio dos trabalhadores católicos, assumindo cargos altos nas instituições católicas, e, ao mesmo tempo em que lutava pelas causas políticas referentes ao trabalhador, ao campo e à religião. Ademais, ainda como

⁷⁹Reportagem ao chefe do SOPS. 1969. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB VAZ.0.0.31643.

⁸⁰Documento de Informações do SNI. 1978. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111962.

⁸¹Informações da Polícia de Segurança Social. 1969. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB VAZ.0.0.31643.

secretária, começou a trabalhar neste mesmo cargo na Livraria Diálogo⁸², que pertencia à Ação Católica Operária de Recife. Ela exercia sua militância por meio de seu trabalho como secretária que lhe trazia uma visão sobre o que representava ser um trabalhador nos anos 1960 e quais eram suas lutas diárias.

Assim como Maria Vitória, Maria Lorena escolheu lutar para afirmar seu lugar como mulher trabalhadora e militante política. Durante a ditadura militar, uma época que incentivava e tentava recuperar o ideal conservador de família, que exigia a mulher exclusivamente como administradora de seu lar e negava a mulher como ser também político, as Marias, se mostraram pertencentes à essa sociedade masculinizada. Por meio de suas trajetórias individuais, assumiram os papéis definidos como sendo *dos homens*, unindo a fé católica e o trabalho como motores de suas militâncias.

Apesar de terem construído suas trajetórias com um oceano de distância –Brasil e Portugal–, no meio dos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, entre 1968 e 1972, e da ditadura portuguesa salazarista (1933-1974), suas trajetórias se cruzaram e passaram a lutar pela mesma causa a favor dos movimentos de trabalhadores católicos que vinham sendo perseguidos pelos regimes autoritários.

⁸²Informação INPS. 1978. **Arquivo Nacional: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111962**

Capítulo 3

Secretárias na Resistência

O período conhecido como *os anos de chumbo* no Brasil, leva esse nome por representar os anos mais repressivos da ditadura militar brasileira. Inaugurado com o Ato Institucional número 5, decretado em dezembro de 1968, a ditadura adotava medidas duramente repressivas a qualquer que fosse considerado como subversivo. O novo ato institucional, dessa forma, viria a reprimir todas as forças contrárias ao regime que ameaçavam a integridade da chamada “*revolução*” – como intitulada pelos militares e apoiadores – e dar ainda mais poder autoritário ao presidente da época: Costa e Silva. A introdução do AI-5 destaca a importância de eliminar toda política e ação que colocava em risco a ordem, a segurança e a harmonia promovidas pela ditadura.

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.⁸³

Durante o período em que o AI-5 vigorou (1968-1978), muitos movimentos e seus integrantes foram investigados, perseguidos e, em muitos casos, punidos severamente. Em Recife, a Ação Católica Operária foi alvo de uma série de investigações por parte da polícia política, e resultou em consequências das mais diversas para os integrantes do movimento. Maria Lorena de Araújo, secretária da ACO de Recife, presenciou muitas dessas repressões e também foi alvo das investigações policiais. Suas atitudes e seu lugar importante no movimento chamaram a atenção dos militares que não a viram como uma simples secretária. Além disso, sua amizade com Maria Vitória Silveira Pinheiro, secretária adjunta do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos foi fundamental para a busca por apoio à Ação Católica.

⁸³Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>

Neste capítulo, será feita uma série de análises de documentos, incluindo cartas trocadas por Maria Lorena e Maria Vitória para entendermos o papel importante que as Marias exerceiram durante os anos de AI-5 na Ação Católica Operária e no Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, e os desdobramentos de suas atuações. As cartas armazenadas pelo arquivo belga *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* são, originalmente, instrumentos da pesquisa de PIBIC intitulada *Entre a batina e a linha de montagem: a atuação de padres operários estrangeiros durante a ditadura militar brasileira*, a qual fui bolsista com a orientação da professora Larissa Rosa Corrêa⁸⁴. Por meio destas, a análise será feita pensando no lugar que estas mulheres ocupavam dentro do movimento, de que maneira exerceiram a política por meio do trabalho, além de pensar em como articulavam a fé a favor de suas manifestações políticas.

3.1 Censura e Repressão

No meio do período repressivo da ditadura militar, setores da Igreja Católica ligados à ação social no Brasil que tinham como foco a dignidade do trabalhador, passaram a fazer parte das investigações por parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). As movimentações sociais e políticas católicas foram consideradas uma ameaça à ordem social exigida pela ditadura⁸⁵. Com isso, a Ação Católica Operária em Recife não passou despercebida pela polícia repressiva. Os eventos, reuniões e principalmente a comunidade e seus líderes eram constantemente foco das investigações policiais. A partir disso, os integrantes do movimento precisaram adotar estratégias para resistir e driblar a censura e a repressão promovida pela ditadura militar brasileira.

A Ação Católica Operária no Brasil mantinha ligações com outros movimentos católicos fora do Brasil, a entidade organizava eventos em conjunto, reuniões e congressos em que reuniam os trabalhadores e as lideranças católicas. Além disso, mais recorrente do que estes mencionados, muitas comunicações eram feitas ao longo do tempo por meio de cartas e telegramas.

Maria Lorena, como secretária da ACO de Recife, era a principal figura comunicativa do movimento, sendo a responsável pela circulação das informações referentes à instituição. Entretanto, com o regime ditatorial, ela se deparou com a dificuldade de enviar e trocar

⁸⁴Professora adjunta do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

⁸⁵SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 161.

correspondências de forma livre. Lorena, ao escrever uma carta ao padre Romain Zufferey⁸⁶, explicita essa dificuldade, não somente de enviar, mas também de receber as cartas destinadas a ela ou à ACO de Recife. Além disso, propõe uma forma de tentar evitar que suas cartas fossem barradas pela censura.

Amigo, não recebi mais nenhuma notícia da sua parte! Talvez as cartas ficam na censura. Dou-lhe hoje um novo endereço para a correspondência entre nós. Você podia também tirar o seu nome como remetente.⁸⁷

Pela tamanha influência do Padre Romano – como ele era chamado no Brasil –, as correspondências em circulação que tivessem seu nome de batismo como remetente ou destinatário, poderiam facilmente ser interceptadas. Como estratégia para dificultar ainda mais o processo de censura, a secretária pede para que o padre envie futuras cartas por meio de um novo endereço, o qual dissociava-se da instituição católica que estava em vista dos militares. Também era recorrente as trocas de mensagens por meio de viajantes, como informou Maria Vitória, secretária do MMTC que normalmente enviava cartas para Maria Lorena, sua amiga da Ação Católica Operária de Recife, em que estava “sempre à espera de portador seguro”.⁸⁸

Com a intensificação da repressão no período em que o AI-5 estava em vigor, “o regime militar utilizou como estratégia a ameaça de expulsão, sendo que, em alguns casos, o banimento foi de fato efetivado”.⁸⁹ Esse novo plano tinha o objetivo de enfraquecer movimentos católicos como a Ação Católica Operária e, principalmente, seus líderes religiosos. Essas novas ações, fizeram com que as Marias se mobilizassem para tentar impedir a efetivação das expulsões ou demais formas de reprimir o movimento ao qual integravam e exerciam suas atuações políticas. No dia 22 de junho de 1973, Maria Lorena enviou um pedido de S.O.S à Maria Vitória relatando a invasão ocorrida na sede da ACO em Recife, em que foram apreendidos muitos documentos pessoais, revistas, livros e correspondências. Entretanto, atenta a todas as atitudes e conversas dos policiais, Lorena ouviu de um dos policiais que dois padres estariam em processo de expulsão do país. Preocupada com as possíveis consequências das investigações, ela pede, com urgência, ao

⁸⁶Líder suíço da Ação Católica Operária de Recife, o qual sofreu um processo de expulsão do Brasil em 1977, mas não chegou a ser efetivado.

⁸⁷Carta de Maria Lorena ao padre Romain Zufferey. 8 de junho de 1975, Recife, Pernambuco. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

⁸⁸Carta de Maria Vitória à Maria Lorena. 16 de maio de 1973, Bruxelas, Bélgica. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

⁸⁹CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). *Topoi*, v. 25, 2024. p.12.

Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, que apoie e lute pela causa do movimento social católico.

Fiquem, pois, atentos: se receberem um telefonema confirmando a ameaça, não percam tempo: usem de todos os meios, tomem todas as providências capazes de impedirem a possível expulsão. Não queremos que o Vaticano, que o Papa apenas lastimem. Queremos sim que assumam com força e coragem o problema dos padres que aqui vieram trabalhar, lutar, morrer e ressuscitar conosco.⁹⁰

A secretaria também faz uma crítica ao discurso feito pelo Papa Paulo VI, em 1970, o qual condenou as práticas de tortura exercida pelos regimes ditatoriais.⁹¹ Para Lorena, a fala do Papa seria insuficiente para acabar com a perseguição sofrida. Assim, ela expõe seu posicionamento em defesa de ações práticas em prol da continuidade da missão operária, e reafirma seu esforço de exercer sua influência política ao enviar um comunicado aos bispos de todo o Brasil incentivando-os a “conseguirem que o Vaticano, o próprio Papa, não apenas lastimem mas enviem todos os esforços necessários para impedir a saída daqueles padres que, livremente, querem ficar com o povo em igualdade de vida e de riscos.”⁹²

Apesar de, em todo o tempo, as secretárias da ACO de Recife e do MMTC evitarem enviar cartas pelos meios públicos pensando nas possíveis consequências repressivas que poderiam gerar ao movimento, o evento da invasão na sede da Ação Católica fez com que elas demonstrassem formal e publicamente seus posicionamentos políticos. A integridade dos militantes do movimento e dos líderes eclesiásticos era um dos pilares de seus exercícios como lideranças políticas, sendo elas militantes comprometidas com a política e com o propósito da luta social católica. Pensando nisso, Maria Vitória Pinheiro enviou um documento à Embaixada do Brasil em Bruxelas denunciando as práticas violentas cometidas pelo governo brasileiro aos seus filiados e, automaticamente, se colocando em risco de ser perseguida pela polícia política.

Senhor embaixador, em nome de mais de dois milhões de filiados o MMTC exige-vos que junto do governo brasileiro façais sentir sua indignação perante as contínuas atitudes de violência feitas a um

⁹⁰Carta de Maria Lorena à Maria Vitória relatando a invasão sofrida à sede da ACO de Recife. 22 de junho de 1973, Recife. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

⁹¹Discurso feito pelo Papa Paulo VI durante a Audiência Geral da Santa Sé. 21 de outubro de 1970. Santa Sé, Vaticano. Disponível em <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/audiences/1970/documents/hf_p-vi_aud_19701021.html> , acessado em 20 de outubro de 2025.

⁹²Documento da Secretaria adjunta do MMTC aos bispos do Brasil. 23 de junho de 1973. Bruxelas, Bélgica. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -a.

povo sofredor. Pelo MMTC, Maria Vitória Pinheiro, secretária geral do MMTC.⁹³

O Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos foi um dos principais apoiadores da Ação Católica Operária de Recife durante a ditadura militar. Também é importante mencionar que muitos outros movimentos do exterior declararam seu apoio aos militantes brasileiros, como a ACO suíça, JOC alemã e ACO francesa.⁹⁴ Muitas destas declarações de solidariedade foram motivadas pelas ações de Maria Lorena e Maria Vitória, que circularam informações sobre o período turbulento que os trabalhadores enfrentavam no Brasil. Um documento elaborado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, em 1972, deixa claro o papel do MMTC na busca de apoio internacional aos militantes católicos do Brasil. O qual afirma que “O MMTC por intermédio de suas publicações – nas quais o sistema político e o governo brasileiro são veemente criticados – tem contribuído para prejudicar a imagem do Brasil no exterior.”⁹⁵ Além disso, a pressão exercida pelo exterior, muito motivada pelas informações divulgadas pelas secretárias, fizeram com que o Estado brasileiro arquivasse processos de expulsão de religiosos no Brasil, como no caso do padre Romain Zufferey.⁹⁶

É preciso destacar, portanto, as agências de Maria Vitória e Maria Lorena nestes auxílios internacionais, uma vez que as secretárias eram a responsáveis por todas as trocas de comunicação com demais instituições exteriores, e, por meio delas, denunciavam e relatavam os crimes aos quais os integrantes do movimento operário eram acometidos no Brasil ditatorial. Além disso, a atuação das secretárias consideradas “*subversivas*”⁹⁷ ia de encontro ao imaginário social otimista que a ditadura buscava construir por meio da agência de propagandas, prezando pelo “respeito à ordem moral e espiritual, (...), visando ao fortalecimento do caráter nacional.”⁹⁸ Com isso, o ato político das secretárias evidenciou e chamou a atenção do exterior para a dura realidade enfrentada pelos brasileiros e brasileiras

⁹³Declaração destinada à Embaixada do Brasil em Bruxelas, Bélgica, produzida por Maria Vitória Pinheiro, secretária do MMTC. 31 de outubro de 1973. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -b.

⁹⁴Ao todo, foram levantados 19 documentos no Arquivo Nacional e no *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Estes foram produzidos por instituições internacionais revelando o apoio aos militantes católicos brasileiros, seja denunciando os crimes de violência, seja exigindo informações sobre integrantes que foram presos pela ditadura militar.

⁹⁵Documento do SNI. 20 de novembro de 1972. **Arquivo Nacional:** BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72052196

⁹⁶CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). *Topoi*, v. 25, 2024. p.18.

⁹⁷Termo referido às secretárias em muitas documentações produzidas pela polícia política, arquivadas no Arquivo Nacional.

⁹⁸FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

durante o período da ditadura militar, contrário à noção de um período otimista e de ordem que o regime militar propagava.

Como secretárias, uma das principais características de seu ofício é ser um “facilitador da comunicação e, o mais importante, ser o protagonista no que tange ao fluxo de informações da organização, sendo o responsável pela manutenção dos sistemas de comunicação.”⁹⁹ Nesse sentido, as Marias, no exercício de suas atividades como secretárias, tiveram papel essencial na garantia de apoio externo à Ação Católica Operária durante a ditadura militar no Brasil. Seus papéis como secretárias gerais das instituições às quais pertenciam, permitiam que elas tivessem uma certa posição privilegiada que as garantiam ter influência política tanto para os movimentos locais quanto para outras partes do mundo.

3.2 Marias, líderes femininas

As experiências femininas das Marias marcaram suas trajetórias. Mesmo em uma época em que muitas vezes a presença e a força das mulheres eram desvalorizadas, elas, a partir de suas vivências, encontraram maneiras de exercerem suas liberdades, seja por meio do trabalho, da vida em comunidade ou da militância política.

A comunidade trabalhadora cristã também teve papel fundamental no apoio ao trabalho e na permanência das religiosas. Foi a partir do sentido de solidariedade adquirida pela comunidade, por justiça e dignidade à classe trabalhadora que elas encontraram um lugar em que pudessem ser, e se sentir pertencentes. As mulheres religiosas leigas, como Maria Lorena e Maria Vitória, tiveram papel fundamental, principalmente, no funcionamento das comunidades religiosas de bairros de trabalhadores, onde puderam exercer sua solidariedade em prol da classe trabalhadora. Assim, segundo o sociólogo Michael Löwy, “as religiosas foram não somente as mais numerosas (...), mas também, (...), as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades.”¹⁰⁰

Além de atuarem na base trabalhadora, como mulheres, elas entendiam a importância de ocuparem espaços de liderança que, até as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, ainda eram marcados fortemente pela figura masculina. Em uma carta escrita por Vitória, em 1974, endereçada à sua amiga, Lorena, a secretária do MMTC revela que estaria prestes a se aposentar das atividades do Movimento Internacional e regressar à sua cidade natal. Sua preocupação, no entanto, se dava na presença ainda escassa de mulheres nas lideranças dos

⁹⁹DE OLIVEIRA, Rebeca Bueno; GIANINI, Esp Viviana Cristina. O profissional secretário como agente facilitador na comunicação organizacional. **Revista Ensaios & Diálogos**—Nº7—janeiro/dezembro de 2014. p.33.

¹⁰⁰LÖWY, Michael . **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991. p.18.

movimentos católicos de trabalhadores, e como isso deveria ser uma preocupação de todos os militantes.

A escassez de mulheres em muitos movimentos continua a fazer-se sentir, e preocupa-me a constituição da nova equipe – como assegurar uma presença efetiva de mulheres? E, para mim, uma interrogação, ainda, mas penso que deve ser uma preocupação séria de todos nós. Não te parece que tenho razão?¹⁰¹

Além disso, quero dar destaque à fala de Vitória, no final da carta, que evidencia seu desejo em ter seu cargo de secretária geral do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos sucedido por uma outra mulher.

Agradeço a Deus ter sido também capaz de dar minha contribuição ao trabalho internacional, que hoje como no passado entendi sempre importante e decisivo para chegarmos à libertação e evangelização da classe operária do mundo; mas espero com muita fé, que o Senhor suscitará a coragem suficiente a outra mulher que venha tomar o seu lugar e prosseguir.¹⁰²

O desejo de Maria Vitória nos instiga a pensar na importância em ter representações femininas em lugar de destaque, tanto para a luta pelo direito às mulheres, que devem estar presentes nos mais distintos espaços, quanto para o incentivo à outras integrantes do próprio movimento social católico, de terem uma maior e ativa participação no âmbito religioso, mas, principalmente, nas questões políticas e sociais.

¹⁰¹Carta escrita por Maria Vitória à Lorena em Bruxelas, janeiro de 1974. *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society*. Pasta MMTC 6.5.3-1 -b.

¹⁰²*Idem.*

Considerações finais

Este trabalho se propôs a mostrar as agências femininas nos movimentos sociais da Igreja Católica liderada por leigos, sobretudo as trajetórias de Maria Lorena de Araújo e Maria Vitória Silveira Pinheiro, a partir dos incentivos aos leigos promovidos pelo Concílio Vaticano II e pela teologia da libertação no Brasil.

Foi evidenciado como a Igreja Católica passou a ter um olhar mais atento às classes populares a partir das transformações da sociedade moderna, promovendo a atuação de movimentos católicos voltados para as questões sociais da classe trabalhadora. Os movimentos sociais da Igreja abriram espaço para a agência dos indivíduos em projetos que integravam a missão evangelística com o dia a dia do trabalhador. Entre eles, tentei elucidar a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais católicos distribuídas em diferentes áreas. Nesse sentido, foram abordadas as trajetórias de duas católicas que desde jovens ocuparam o mercado de trabalho e usufruíram de seus espaços para exercer a militância política em prol dos trabalhadores. As trajetórias das Marias mostram como a experiência política era intrínseca às suas vivências e, com isso, permearam todos os espaços ocupados por elas.

Desde jovens, Maria Lorena e Maria Vitória exerceram funções políticas por meio de seus ofícios como secretárias e utilizaram da fé como canal de atuação da militância. O sentimento de solidariedade e justiça movia suas atuações e foram evidenciadas ao longo de suas trajetórias. Após 1964, isso ficou ainda mais evidente, principalmente durante o período de repressão à Ação Católica Operária de Recife na ditadura militar brasileira. Apesar de viverem em uma época de disputa dos princípios morais de feminilidade, elas legitimaram suas atribuições políticas como inerentes às suas experiências na fé e no trabalho.

Maria Lorena, como secretária da Ação Católica Operária de Recife, e Maria Vitória, secretária do Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos, exerceram influência política e não mediram esforços na busca por auxílio e apoio internacional aos trabalhadores. A partir de cartas trocadas entre elas e para instituições internacionais, como as sedes da ACO na Suíça e na França, e à embaixada do Brasil na Bélgica, elas espalharam informações denunciando os crimes de violência aos quais integrantes das ACO no Brasil foram acometidos pela ditadura.

A presença de Maria Lorena e Maria Vitória nos movimentos, entretanto, não representa um caso isolado. Assim como elas, demais mulheres leigas encontraram um lugar de legitimação às suas militâncias dentro dos movimentos católicos progressistas. Após o

golpe militar, suas agências revelam que o sentimento de solidariedade já compartilhado pré-1964, foi intensificado e transformado em combustível para a resistência à ditadura. Por meio de seus ofícios como secretárias, utilizaram as trocas de cartas como instrumento político na busca por auxílio à Ação Católica Operária. A partir disto, foi possível observar os desdobramentos de suas manifestações, os quais contrariam o imaginário promovido pelo Estado ditatorial de ordem e bem-estar social.

As trajetórias de Maria Lorena e Maria Vitória trazem à tona a participação ativa de mulheres dentro dos mais diversos contextos sociais, e chamam a atenção para a necessidade de analisar as experiências de mulheres para compreender processos da macro-história.

Arquivos consultados

- Arquivo Nacional
- Biblioteca Nacional
- *Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society* (KADOC)

Periódicos

- Correio da Manhã (RJ)
- Diário da Manhã (RJ)
- Diário de Notícias (RJ)
- Jornal do Brasil (RJ)
- O Jornal (RJ)
- Semana Religiosa (MG)

Referências bibliográficas

AZAMBUJA, Cristina Spengler. "O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na revista O Cruzeiro." **Gestão e Desenvolvimento**, Vol., núm.1, 2006. p.89-90.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, 2004.

BEZERRA, Viviane Prado. "A igreja está ao lado da libertação": experiências de uma pastoral popular no contexto da Ditadura Militar no Ceará. **Revista Historiar**, v. 2, n. 2, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). **Topoi**, v. 25, 2024.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 17, 1997.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência**: freiras em tempos de ditadura militar no

Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DA SILVA, Rosildo Henrique. O movimento ação, justiça e paz: Dom Hélder e as violências da Ditadura Civil-Militar brasileira. **Anais dos Simpósios da ABHR**, 2021.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**: três mulheres do século XVII São Paulo. Companhia das Letras , 1997.

_____. “Descentralizando la historia. Relatos locales y cruce culturales em un mundo globalizado”, **Historia Social**, n.75, 2013.

DE OLIVEIRA, Rebeca Bueno; GIANINI, Esp Viviana Cristina. O profissional secretário como agente facilitador na comunicação organizacional. **Revista Ensaios & Diálogos**–Nº7–janeiro/dezembro de 2014.

DE OLIVEIRA, Romair Alves. “Resistir/Existir na Construção da Escrita Feminina”. **Verbo De Minas**, v. 17, n. 30, 2016.

DOMEZI, Maria Cecilia. **Mulheres do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2016.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **A Igreja e os Trabalhadores Católicos**: Um Estudo Sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980). Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

_____. “Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, n° 69, p.207-231, 2015.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOLDEMBERG, Miriam. “Mulheres e militantes”. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, 1997.

GONÇALVES, Leandro Pereira; MACHADO, Vitória Almeida. Mulheres que Trabalham: as representações profissionais das mulheres nos Estados Novos de Getúlio Vargas e António Salazar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 72, p. 335-358, 2021.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1983.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964 -1985)**. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2005.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n.28, p.-17-19, 2008.

LOBO, Elizabeth Souza. “Experiências de mulheres, destinos de gênero”. **Tempo Social**, vol. 1, n. 1, pp. 169 – 182, 1989.

_____. “Mulheres, feminismo e novas práticas sociais”. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 1 , n. 2 , p. 221-9, 1987.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil: (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A JOC e o surgimento da Igreja na Base (1958-1970). **Revista eclesiástica brasileira**, v. 43, n. 169, p. 29-92, 1983.

_____. Igreja e Política: anotações teóricas. **Síntese: Revista de Filosofia, [S. l.]**, v. 10, n. 27, 1983.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo, Loyola, 1993.

MARTINS, Flávia Pereira. **Nem terroristas, nem ingênuas**: As contestações de feminilidade na ditadura militar. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Heloisa H. T. S. **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975**. 1^a. ed. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MORAES, Maria Blassioli. **A ação social católica e a luta operária**: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.46.

PINTO, Luís Eurico Calado Nogueira. **Elementos para a História dum Sindicato**: como nasceu o SNTCT. Lisboa: SNTCT, 1996.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea, família e valores**. São Paulo, Loyola, 1987.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**: Revista dos Pós-graduandos em história da UNICAMP, n. 24. 2013.

SIMPSON, Duncan. A igreja católica e o Estado Novo de Salazar. Locus: **Revista de história**, v. 18, n. 1, 2012.

SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.